



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Ata Reunião Extraordinária do COMOB - Conselho Municipal de Mobilidade Urbana

Aos 24 dias do mês de junho de 2021, às 09h09, reuniram-se, online e na sede da Secretaria de Mobilidade Urbana os membros do COMOB - Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, de acordo com a conferência, estavam presentes: Paulo Roberto Guimarães, Débora Redondo, Carlos Alberto Soares, Raimundo Alcântara de Souza, Cássio Fernando Pinheiro Urano, Maria Cristina da Silva Batista, Rodolfo de Souza Alves, João Paulo Heller Moraes, Carlos Eduardo Carvalho, João Carlos Avellar Lopes, Mara Cristina da Silva, Jair Gustavo de Mello Torres, Reinaldo Fagundes dos Santos, Marcus Vinícius do Nascimento, Luana Veronezi Mavila, Francisco Pasqual juntamente com a Consultora Sra. Magdala Satt Arioli, a Gerente de Mobilidade Urbana da WRI Brasil Sra. Cristina Albuquerque e a Sra. Virginia Bergamaschi Tavares.

O Presidente do COMOB, o Sr. Paulo Roberto Guimarães, Secretário da Mobilidade Urbana deu início à reunião, comunicando as pautas a serem abordadas. Onde também comentou sobre a iniciativa de um projeto para uma reestruturação do Sistema de Transporte Público ação esta que parte de um grande movimento nacional, liderado pelo Fórum Nacional de Secretários em conjunto com a Frente Nacional de Prefeitos, mudado alguns conceitos relacionados ao transporte público em nível nacional. Proposta tal, explicada pelo presidente que se baseia em três pilares principais: qualidade e produtividade, estabelecendo indicadores de desempenho e padrões nacionais de qualidade refere-se ao primeiro pilar; o segundo pilar se refere ao financiamento, sendo dividido entre o custeio do sistema e investimento, para uma maior viabilidade para novos projetos referentes ao transporte público, pois atualmente o sistema não consegue mais se manter somente com o valor da tarifa, e uma modificação no conceito de remuneração juntamente com uma participação do Governo Federal para manter o Sistema de Transporte Público no País; como terceiro e último pilar, vem a Regulação, com diversas leis trabalhistas, tributárias, impostos relacionados a combustíveis que precisam ser modificados. No contexto geral o Transporte Público caminha aceleradamente para uma decadência por conta esta pandemia e necessita de uma reação de rápida para que consiga um avanço. Assim, passou a palavra para a Débora Redondo, Secretária Executiva trazer em conhecimento, as informações sobre o prosseguimento da reunião.

Pauta 1

Explicação do Projeto referente a Mobilidade no Brasil

Sra. Débora Redondo iniciou comentando sobre o projeto que o Município está desenvolvendo juntamente com a WRI (*World Resources Institute*), uma Instituição Internacional de Pesquisa que apoia atividades de desenvolvimento sustentáveis nas cidades e logo após passando a palavra a Gerente de Mobilidade Urbana da WRI Brasil Sra. Cristina Albuquerque, que começa explicando brevemente sobre a Instituição WRI. Voltando ao “Transformando a Mobilidade Urbana no Brasil” este projeto tem parceria também com o Banco Itaú, e foi criado por conta da crise que o sistema de transportes já estava enfrentando, que reflete negativamente na perda de passageiros e na falta de qualidade dos transportes. Este contexto se agravou com a chegada da pandemia, trazendo R\$ 11,57 bilhões de prejuízo acumulado das empresas ônibus urbanos no período de março de 2020 a fevereiro de 2021.

Para que alcancemos essa transformação a WRI mostra três fases que devemos passar para que esse crescimento seja real, ou seja, sobreviver, renovar e prosperar. Sobreviver garantindo que continue sendo ofertado sistema de transporte nas cidades mesmo neste momento de crise, mas pensando também em renovar e prosperar o sistema de transporte coletivo. Três pilares que caminham juntamente com esse projeto são: Acesso para todos, sendo referente ao valor da tarifa ou rotas que abrangem todo perímetro da cidade; Reforma e estabilidade financeira, promover ações para garantir a sobrevivência do transporte coletivo, avaliar a necessidade de repactuação contratual e prospectar fontes de receitas extra tarifárias e a Governança, que tem como objetivo entregar um serviço eficiente, seguro e com qualidade. Abordando também que o caminho para buscar novas fontes de financiamentos inicia por cobrar as extremidades negativas dos veículos privados.

A palavra foi passada para a Consultora do WRI Magdala Satt Arioli que apresentou detalhes sobre o projeto “Transformando a Mobilidade Urbana no Brasil”. O objetivo geral desta nova ideia é apoiar três cidades brasileiras (São José dos Campos, Fortaleza e Rio de Janeiro) na construção de uma proposta de

L2: SRA



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

futuro para a mobilidade urbana que transcenda gestões administrativas, que seja inovadora e que seja construída a partir de uma iniciativa da sociedade envolvendo o setor público, privado e classe política, e que também contemple a cobrança das externalidades geradas pelo transporte motorizado individual. Os objetivos específicos que estarão sendo gerados são: a Construção de um entendimento comum sobre externalidades positivas e negativas, relevância das receitas extra tarifárias para ter um sistema de transporte urbano de qualidade para todos, alternativas para captação de receitas extra tarifárias, ações necessárias de curto, médio e longo prazo. O projeto inicia na data desta reunião tendo até novembro para fechar as discussões para que em dezembro seja concluído com a elaboração do diagnóstico do potencial de aplicação das boas práticas que visam a captação de receitas extra tarifárias em SJC.

Este projeto ocorre em três etapas: i) Identificação de boas práticas para captação de recursos: exploração comercial, cobrança dos usuários de veículo privado, taxação de mobilidade corporativa, taxação de aplicativo de entrega, regulação urbanística e fundos climáticos. ii) Viabilidade de adoção das boas práticas em São José dos Campos: identificação da viabilidade de boas práticas para a mobilidade urbana; iii) Diagnóstico do potencial de aplicação das boas práticas: avaliação das discussões e elaboração do diagnóstico para boas práticas de captação de recursos selecionados. O cronograma do projeto traz, a apresentação do projeto a Mobilidade Urbana no Brasil para o dia 24 de Junho de 2021, a apresentação e discussão das práticas inovadoras para arrecadação de recursos extra tarifária a se iniciar no dia 22 de julho de 2021 e as demais reuniões mensais ainda estão a definir, discussão da viabilidade de implementação das práticas no contexto de São José dos Campos na 1ª quinzena de novembro de 2021 e o diagnóstico do potencial de implementação das práticas no Município de São José dos Campos ficara para 2ª quinzena de dezembro de 2021.

A Sra. Magdala Satt Arioli, proporcionou um link para votação através de uma enquete para definir as 3 boas práticas a serem apresentadas e discutidas em agosto, setembro e outubro de 2021 e oportunamente deixou aberto para perguntas e notas entre os conselheiros.

Luana Veronezi levantou sua dúvida sobre a funcionalidade da taxação dos estacionamentos.

Magdala Satt Arioli respondeu que foram trazidos diversos exemplos, como o de Lisboa onde há diversas faixas de valores que variam de acordo com as regiões da cidade e a demanda do serviço. Ressaltou também que a SEMOB e COMOB já estão mais a frente nessa discussão, mas que é algo que pode vir a ser discutido no âmbito desse novo projeto. Cristina Albuquerque acrescentou que já existe o estacionamento "rotativo" no município, mas que pode ser discutida a exploração da taxação de longa permanência das vias, porém deve ser avaliado o interesse junto ao COMOB, considerando o contexto de São José dos Campos para avaliar sua aplicabilidade.

Reinaldo Fagundes ressaltou que o projeto trouxe exemplos (*benchmark*) somente de Países que adquirem maneiras de taxações e que seria viável estudar modelos e exemplos de países que não possuem esses tipos de taxas e que entregam um excelente sistema de transporte urbano, alertou que não concorda com nenhuma das opções da enquete, mais votou somente para conclusão dessa etapa.

Cristina Albuquerque respondendo ao questionamento de Reinaldo Fagundes disse que, nesta enquete está sendo apontada uma perspectiva da cidade, se ela tem a capacidade de sustentar esse sistema sem essa cobrança de taxa é um ponto, e os países que não utilizam dessas taxas a nível municipal por conta de tem um aporte em nível federal para sustentar o sistema de transporte é outro ponto. O projeto busca essa sensibilização do Governo Federal, mas essa cobrança em cima das externalidades negativas, pode de certo modo auxiliar na conscientização das pessoas para um meio de transporte mais sustentável, uma diminuição de poluentes e acidentes no trânsito.

Oportunamente Reinaldo Fagundes volta a ressaltar que, para essa conscientização de sustentabilidade acontecer o transporte público precisa ter a capacidade de responder a toda população, principalmente em questão de logística e horários, pois um município não vai trocar um transporte privado que o leva ao destino desejado em minutos por um transporte público que levaria horas, somente por questões sustentáveis.

O Presidente Paulo Roberto Guimarães ainda sobre o mesmo tema acima, deu seu parecer sobre a implantar essa conscientização de sustentabilidade na mobilidade urbana e a qualidade e produtividade do



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

transporte público atual, trazendo informações sobre o novo transporte público que está em processo de licitação e que pode melhorar esses pontos que estão em questionamento sobre o sistema de transporte, entregando a população uma melhor opção, com melhores preços, melhor qualidade e oferta.

A proposta para o Conselho de Mobilidade frente a esse assunto é, estabelecer uma Câmara Técnica composta com membros de dentro e fora do conselho que acompanhe esse processo.

Carlos Alberto Soares indagou que pelo que temos passado ultimamente com o serviço do transporte público, se faz necessária agilidade para que se possam ser cumpridas as metas estabelecidas.

Magdala Satt Arioli volta com a palavra, trazendo o resultado da votação feita para a escolha de 3 boas práticas para serem discutidas para o contexto de São José dos Campos, sendo, exploração comercial o item mais escolhido com 7 votos, seguido de 5 votos para Taxação dos aplicativos se transportes, em empate com 4 votos cada, Taxação dos aplicativos de entrega, Taxação da mobilidade corporativa e taxaço de congestionamento. Por conta do empate e da correlação de alguns itens, foi aceito os dois mais votados, deixando os três itens empatados para serem escolhidos na próxima reunião, finalizando por hora a votação.

Sendo finalizado 3 itens a serem discutidos, pois foi adicionado um tema que já havia sido definido anteriormente para ser debatido sobre a regulamentação para a exploração ao longo do eixo da linha verde principalmente. Os demais ficam para decisão posterior.

Débora Redondo iniciou a explicação sobre a Câmara Técnica, que é composta por um grupo dentro do COMOB – Conselho de Mobilidade Urbana de no mínimo 3 e no máximo 6 membros, que se prontificam a participar, e convidados externos pelos membros deste conselho, como universidades e pessoas que estejam desenvolvendo um trabalho voltado ao mesmo assunto. As reuniões da Câmara Técnica acontecem à parte das reuniões do COMOB e ao final do trabalho a Câmara Técnica devolve ao Conselho de Mobilidade o resultado de tudo que foi estudado, como uma prestação de contas.

Jair Gustavo de Mello Torres, Reinaldo Fagundes dos Santos, Marcus Vinícius do Nascimento, Oswaldo Vieira de Paula Junior (não estava presente reunião, mais se prontificou a participar da Câmara Técnica, por outros meios), Luana Veronezi Mavila e Carlos Eduardo Carvalho, Mara Cristina da Silva, se prontificaram a participar da Câmara Técnica. Juntamente com a área técnica da Secretária de Mobilidade que também participará de forma ativa no projeto, formada por Cássio Fernando Pinheiro Urano e Débora Redondo. A Coordenação responsável por entregar ao COMOB o resultado dos estudos ficou para Débora Redondo.

Ao final da reunião foi avisado aos integrantes da Câmara Técnica que será enviado um e-mail para que seja montado o cronograma das reuniões da mesma, sendo a primeira para o dia 22 de julho de 2021.

A Reunião foi encerrada pelo Presidente Paulo Roberto Guimarães às 10h05.

Eu, João P. H. Moraes, juntamente com a Sra. Débora Redondo, secretariei a presente ata, devidamente assinada por mim e encaminhada aos demais membros do COMOB, para ciência de forma digital.

São José dos Campos, 24 de junho de 2021.

João P. H. Moraes
Supervisor SGPE/DGPE

Débora Redondo
Secretária Executiva